

SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

PROC-SD-56/2022 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DA
SIMDOURO

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.^a (Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Gestão de Resíduos da SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A., adiante, abreviadamente, designada por **SIMDOURO**.

2. O contrato será adjudicado através dos seguintes lotes, dando origem a tantos contratos quantos os lotes a seguir fixados:

- 2.1 – Lote n.º 1 – Centro de Exploração de Vila Nova de Gaia;
- 2.2 – Lote n.º 2 – Centro de Exploração do Douro e Sousa.

Cláusula 2.^a (Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta do Adjudicatário;
- e) Os esclarecimentos prestados pelo Adjudicatário relativamente à sua proposta.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o

disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

Cláusula 3.ª

(Preço base)

1. O preço base do procedimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, é de **900.000,00 EUR (novecentos mil euros)**, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, fixando-se o preço base de 300.000,00 EUR (trezentos mil euros) para o período de execução contratual de 1 (um) ano, considerando-se, sucessivamente, o mesmo preço base para cada período de renovação a existir.

2. Não obstante o preço base total fixado no número anterior são, também, fixados seguintes preços base anuais para cada Lote:

2.1 - Lote n.º 1 – Centro de Exploração de Vila Nova de Gaia: 190.000,00 EUR (cento e noventa mil euros);

2.2 - Lote n.º 2 – Centro de Exploração do douro e Sousa: 110.000,00 EUR (cento e dez mil euros).

Cláusula 4.ª

(Prazo)

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar os serviços que constituem o objeto do contrato pelo período correspondente a **1 (um) ano** a contar da data nele a fixar pelo período que decorra desde esta data até que seja atingido o preço base fixado para cada lote na Cláusula anterior, conforme o que ocorrer primeiro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O contrato pode ser renovado até duas vezes, por iguais períodos de tempo, perfazendo o período máximo de vigência de 3 (três) anos. Caso, qualquer um dos contratos atinja o preço base fixado no n.º 2 da Cláusula 3.ª antes de perfazer o termo do prazo, pode a Entidade Adjudicante, com efeitos a contar da data em que o preço base fixado para cada Lote seja atingido, renovar tal contrato por igual período ou até que se perfaça, novamente, o respetivo preço base fixado no n.º 2 da Cláusula 3.ª. Em qualquer dos casos, qualquer contrato só poderá ser renovado, no máximo, por duas vezes.

3. A intenção de renovação operada pelo decurso do prazo será comunicada, por escrito, pela SIMDOURO ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de até 30 (trinta) dias antes do termo do prazo inicial ou da renovação a que respeite.

4. A intenção de renovação operada por atingimento do preço base será comunicada, por escrito, pela SIMDOURO ao Adjudicatário, logo que, em cada contrato ou respetiva renovação, seja atingido 90% (noventa por cento) do respetivo preço base.

5. Não obstante os números anteriores, qualquer uma das partes pode denunciar o contrato para a data do termo do prazo inicial ou do termo da renovação em curso, comunicando à outra, por escrito, a vontade de não o renovar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a entidade adjudicante, e de 120 (cento e vinte) dias para o Adjudicatário.

6. A(s) renovação(ões) do contrato fica(m) condicionada(s) à prestação de nova caução, se exigida no procedimento, e nos termos em que o foi para o período de vigência inicial, a qual terá por referência o preço contratual de cada um dos períodos de vigência.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I – Disposições Gerais

Cláusula 5.^a

(Obrigações principais do Adjudicatário)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, como obrigação principal, a execução dos serviços de recolha, transporte e envio a destino final dos resíduos de ETAR's e Estações Elevatórias produzidos nas instalações da SIMDOURO identificadas no Anexo I e cuja localização é descrita no Anexo II.

2. Os serviços a prestar compreendem:

a) Recolha de subprodutos do tipo gradados (código LER 190801), areias (código LER 190802) e gorduras (código LER 190809), individualmente ou em mistura em diferentes proporções nas ETAR's ou nas Estações Elevatórias melhor identificadas no Anexo I;

b) Recolha de resíduos de limpeza de Estações Elevatórias, intercetores e órgãos de ETAR's melhor identificados no Anexo I. Este tipo de resíduos (códigos LER 19 08 99 - Outros resíduos não anteriormente especificados e LER 200306 - Resíduos limpeza de esgotos) são normalmente

produzidos nas operações de limpeza destas infraestruturas, sendo que o adjudicatário deverá disponibilizar atempadamente contentores do tipo Multibenne em número suficiente para colocação destes tipos de resíduos antes das operações de limpeza;

c) Transporte e deposição em destino final dos resíduos referidos nas alíneas anteriores, de acordo com as regras legais aplicáveis e segundo princípios de sustentabilidade ambiental, cabendo ao prestador de serviços a assunção das responsabilidades pela gestão e destino final destes subprodutos imediatamente após a sua recolha nos locais indicados neste caderno de encargos. É, pois, admissível o seu armazenamento temporário ou outras operações de gestão de resíduos da responsabilidade do prestador de serviços;

d) Limpeza dos resíduos (códigos LER 19 08 99 - Outros resíduos não anteriormente especificados e LER 200306 - Resíduos limpeza de esgotos) acumulados no leito de secagem da ETAR de Fermedo, com as dimensões de comprimento de 13 metros, largura 7 metros e profundidade 1,07 metros. Este serviço é efetuado duas vezes por ano e compreende ainda a remoção, transporte e deposição em destino final dos resíduos, incluindo todos os trabalhos acessórios, meios humanos e materiais necessários à sua execução;

e) Fornecimento de sacos de resíduos do tipo “big bags” com as dimensões de 1000 x 1000 x 1500 mm, com capacidade de 0,5 m³ e 1 m³, abertura pelo topo, fundo fechado e 4 (quatro) alças. Os “big bags” deverão ser disponibilizados em número suficiente para o armazenamento e recolha das quantidades estimadas no Anexo I;

f) Disponibilização de contentores em número suficiente para acondicionamento de outros resíduos nas infraestruturas indicadas no Anexo I. No caso específico da ETAR de Gaia Litoral o adjudicatário deverá disponibilizar um contentor de 20 m³ com largura máxima de 2,7m e efetuar a troca deste contentor sempre que solicitada a recolha do tipo de resíduos: gradados (código LER 190801), areias (código LER 190802).

g) Caracterização analítica anual de todos os subprodutos escoados, para efeitos de receção em destino final adequado, com envio periódico dos boletins analíticos para a entidade adjudicante;

h) Apresentação mensal à entidade adjudicante dos documentos comprovativos do transporte e entrega de todas as cargas para destino final adequado, em particular das Guias de Acompanhamento de Resíduos.

3. Constitui encargo do Adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.

4. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o Adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da SIMDOURO.

Cláusula 6.^a

(Obrigações complementares)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:

- a)** Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b)** Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
- c)** Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões.
- d)** Sujeitar-se à ação fiscalizadora da SIMDOURO;
- e)** Prestar as informações que forem solicitadas pela SIMDOURO;
- f)** Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- g)** Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.

Cláusula 7.^a

(Local e forma da prestação de serviços)

1. Os serviços serão prestados na área de intervenção da SIMDOURO, nos locais identificados no Anexo II ao presente caderno de encargos.

2. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, os serviços serão prestados em função das necessidades da SIMDOURO, sendo a recolha dos resíduos de ETAR's e Estações Elevatórias efetuada no prazo de 2 (dois) dias úteis após o envio de um pedido escrito pela SIMDOURO. O adjudicatário poderá, no entanto, estabelecer rotinas periódicas de recolha de resíduos desde que previamente acordadas com a SIMDOURO.

Cláusula 8.^a

(Transferência da propriedade)

1. Os elementos apresentados pelo Adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da **SIMDOURO**, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.^a

(Conformidade e garantia técnica)

O Adjudicatário fica sujeito supletivamente e com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à **SIMDOURO** durante a execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Adjudicatário e prazos aplicáveis ao regime de aquisição de bens móveis, previsto nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 10.^a

(Objeto do dever de sigilo)

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **SIMDOURO**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, durante o prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II - Obrigações da SIMDOURO

Cláusula 11.^a

(Preço contratual)

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **SIMDOURO** deve pagar ao Adjudicatário os preços unitários constantes da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a **SIMDOURO** apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.

3. As quantidades apresentadas no presente de Caderno de Encargos são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado, não gerando qualquer obrigação para a Entidade Adjudicante.

4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **SIMDOURO**, nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. Haverá lugar à revisão anual de preços do contrato após o decurso de um ano de execução contratual, ou seja, caso seja operada a sua renovação e no momento das mesmas, e no que se refere aos preços dos serviços que incluem a deposição em destino final excetuando-se, portanto, o aluguer de contentores, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$P_{REV} = P_{CNT} \times \left\{ 1 + \left(0,2 \times \frac{(P_{GasREV} - P_{GasCNT})}{P_{GasCNT}} \right) + \left(0,15 \times \frac{(TGR_{REV} - TGR_{CNT})}{TGR_{CNT}} \right) + IPC \right\}$$

Em que:

P_{REV} é o valor unitário atualizado, resultante da revisão de preços, a praticar na renovação do contrato e recalculado na segunda renovação, expresso em €/tonelada sem IVA;

P_{CNT} é o valor unitário do contrato em vigor (o valor unitário da Proposta ou o valor unitário resultante da revisão de preços) expresso em €/tonelada sem IVA;

- P Gas_{REV}*** referência de preço atualizada, correspondente à média aritmética dos últimos 30 dias dos Preços médios diários no continente para o abastecimento de gasóleo simples em postos de abastecimentos públicos aferidos no momento de revisão de preços e publicitado em <https://precoscombustiveis.dgeg.gov.pt/estatistica/preco-medio-diario>;
- P Gas_{CNT}*** referência de preço atualizada, correspondente à média aritmética dos últimos 30 dias dos Preços médios diários no continente para o abastecimento de gasóleo simples em postos de abastecimentos públicos aferidos na data de assinatura do contrato ou na data da 1ª Renovação e publicitado em <https://precoscombustiveis.dgeg.gov.pt/estatistica/preco-medio-diario>;
- TGR_{REV}*** Taxa de Gestão de Resíduos aplicado à operação DI – Deposição em aterro (eliminação) em vigor no momento da renovação do contrato.
- TGR_{CNT}*** Taxa de Gestão de Resíduos aplicado à operação DI – Deposição em aterro (eliminação) considerada na proposta ou na data da 1ª renovação.
- IPC*** Taxa de variação média dos últimos 12 meses (Base 2012), em percentagem, do Índice de preços no consumidor (IPC) do mês de dezembro do ano civil anterior em Portugal e publicitado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Cláusula 12.ª

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela **SIMDOURO**, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas pelo Adjudicatário com periodicidade mensal respeitantes aos serviços efetivamente prestados durante o mês a que respeita.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, as faturas são emitidas pelo adjudicatário em formato papel.
3. Decorrido o período transitório referido no número anterior, as faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário devem conter, para além do definido no n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP, a informação complementar a fornecer oportunamente pela Entidade Adjudicante.

4. Para efeitos do número anterior, a emissão de faturas deve ser efetuada em formato XML certificado, acompanhado do respetivo PDF, sendo remetida para o endereço de correio eletrónico indicado pela Entidade Adjudicante.

5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Entidade Adjudicante, às prestações mensais previstas na alínea a) do n.º 2 não acrescem quaisquer juros de mora.

6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Entidade Adjudicante não será objeto de qualquer cobrança adicional.

7. Em caso de discordância por parte da SIMDOURO, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.

9. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 13.^a

(Erros e omissões)

1. O Adjudicatário suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º do CCP, exceto pelos que hajam sido nessa fase identificados pelos interessados mas não tenham sido expressamente aceites pela SIMDOURO.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deve, no prazo de 60 dias contados da data de inícios de efeitos do contrato, reclamar sobre a existência de erros ou omissões só detetáveis nesse momento, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.

3. O Adjudicatário suporta ainda metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível que tivessem sido detetados nem na fase de formação do contrato nem no prazo a que se refere o número anterior, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante a SIMDOURO:

- a) Deve a SIMDOURO exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;
- b) Fica o Adjudicatário sub-rogado no direito de indemnização que assiste à SIMDOURO perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto dos n.ºs 1, 2 e 3 da presente Cláusula.

Cláusula 14.^a

(Acompanhamento e controlo do contrato)

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor ou gestores do contrato designado pela entidade adjudicante.

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário, para o que poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do mesmo.

3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

5. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelas Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

5. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelas Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 15.^a

(Seguros e Encargos Sociais)

1. Seguro de Responsabilidade Civil

a) O Adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde esteja prevista a indemnização, em caso

de sinistro, as perdas e/ou danos de caráter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à **SIMDOURO** em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

b) O seguro de responsabilidade civil deve garantir a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 250.000,00 EUR (duzentos e cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.

2. Seguro de Acidentes de Trabalho

a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.

b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.

4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.

5. A **SIMDOURO** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

Capítulo III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

(Penalidades contratuais)

I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **SIMDOURO** pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do prazo de recolha fixado no n.º 2 da Cláusula 7.^a deste caderno de encargos para a realização dos serviços objeto do presente contrato, o montante de 500,00 EUR (quinhentos euros) por cada dia de atraso na realização dos serviços;

b) Pelo incumprimento da obrigação prevista na alínea c) do n.º 2 da Cláusula 5.ª deste Caderno de Encargos, o montante de 2.500,00 EUR (dois mil e quinhentos euros) por violação de deposição.

2. Os valores das sanções previstas nos números anteriores são cumulativas, mas limitadas nos termos dos artigos 329.º, n.ºs 2 e 3, do CCP.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º 1, que tenham determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **SIMDOURO** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A **SIMDOURO** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, do acionamento das garantias prestadas.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a **SIMDOURO** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.ª

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

(Resolução por parte da SIMDOURO)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **SIMDOURO** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;
- b) Declaração do Adjudicatário em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da **SIMDOURO** na prestação contratual.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela SIMDOURO.

Cláusula 19.^a

(Incumprimento imputável à SIMDOURO)

Se a SIMDOURO praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do contrato, com agravamento dos encargos respetivos, o Adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos e com os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 354.º do CCP, que constitui disciplina do presente caderno de encargos.

Cláusula 20.^a

(Responsabilidades)

O Adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da SIMDOURO, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 21.^a

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições Finais

Cláusula 22.^a

(Regulamentos dos fornecedores)

O Regulamento dos Fornecedoros da SIMDOURO disponível no site da SIMDOURO <http://www.simdouro.pt> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

Cláusula 23.^a

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A ADJUDICATÁRIA não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização escrita da SIMDOURO e, desde que não se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 317.º e se cumpram os requisitos previstos no artigo 318.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a

(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)

1. Verificando-se o incumprimento do Adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do mesmo, a SIMDOURO pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do Adjudicatário, ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato, pela ordem sequencial do citado procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a SIMDOURO interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do contrato.

3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da SIMDOURO, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

5. Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido na cláusula anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo Adjudicatário cedente depois da notificação referida no número 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando esta assim o declare, após a cessão.

7. A caução e as garantias prestadas pelo Adjudicatário cedente para a execução do contrato são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela SIMDOURO aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do Adjudicatário cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 25.^a

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

(Tratamento de dados pessoais)

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.

4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.

6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de

confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.

11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:

a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;

b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e

c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 27.^a

(Conservação de dados pessoais)

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.

2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 28.^a

(Transferência de dados pessoais)

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 29.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.^a

(Legislação aplicável)

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

Estimativa de resíduos e fornecimentos

Lote I - Centro de Exploração de Gaia

Instalação	Tipos e quantidades de resíduos estimados para efeitos de determinação do preço (toneladas/ano)	Meios existentes de acondicionamento	Necessidades de fornecimento
ETAR Gaia Litoral	300 (Gradados)	Inexistente	“big bags”
ETAR Gaia Litoral	150 (Areias)	Inexistente	“big bags”
ETAR Gaia Litoral	120 (Gorduras)	1 contentor de 6 m ³	Não aplicável
ETAR Febros	100 (70 Gradados + 30 Areias)	9 contentores de 1 m ³	“big bags”
ETAR Febros	250 (Gorduras)	Reservatório em betão de 10 m ³ (aprox.)	Inexistente
ETAR de Areinho	68 (50 Gradados + 18 Areias)	9 contentores de 1 m ³	“big bags”
ETAR de Areinho	60 (Gorduras)	Reservatório em betão de 3 m ³ (aprox.)	Inexistente
ETAR de Lever	11 (6 Gradados + 5 Areias)	4 contentores de 1 m ³	“big bags”
ETAR de Crestuma	10 (5 Gradados + 5 Areias)	3 contentores de 1 m ³	“big bags”
EEARs /Órgãos de ETARs	100 (Outros Resíduos)	Inexistente	Contentores “multibenne” - no máximo 4 em simultâneo

Lote 2 - Centro de Exploração do Douro e Sousa

Instalação	Tipos e quantidades de resíduos estimados para efeitos de determinação do preço (toneladas/ano)	Meios existentes de acondicionamento	Necessidades de fornecimento
ETAR de Paço de Sousa	120 Gradados	1 contentor de 6 m ³	1 Contentor de 6 m ³ por troca com o contentor existente
ETAR de Paço de Sousa	50 Areias	1 contentor de 6 m ³	1 Contentor de 6 m ³ por troca com o contentor existente
EEAR Paredes	50 (Gradados)	6 contentores de 800 L	“big bags”
EEAR Mezio	1 (Gradados)	1 contentor de 800 L	Inexistente
EEAR Parada de Todeia	1 (Gradados)	1 contentor de 800 L	Inexistente
ETAR Ponte da Ribeira	24 (Gradados)	4 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR de Alvarenga	14 (Gradados)	2 contentores de 120 L	Inexistente
ETAR de Fermedo	10 (Gradados)	3 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR Canelas	1 (Gradados)	2 contentores de 120 L	Inexistente
ETAR de Moldes	1 (Gradados)	2 contentores de 120 L	Inexistente
ETAR de Sardoura	5 (Gradados)	2 contentores de 90 L	Inexistente
EEAR Castelo	2,5 (Gradados)	2 contentores de 240 L	Inexistente
EEAR Pedorido	2,5 (Gradados)	2 contentores de 120 L	Inexistente
ETAR de Fornos	20 (Gradados)	4 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR de Cinfães	6 (Gradados)	3 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR de Porto Antigo	2 (Gradados)	2 contentores de 120 L	Inexistente
EE Louredo	7 (Gradados)	2 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR Campelo	10 (Gradados)	4 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR Santa Marinha do Zêzere	10 (Gradados)	4 contentores de 800 L	Inexistente
ETAR de Paço de Sousa EEARs /Órgãos de ETARs	150 (Outros Resíduos)	Inexistente	Contentores “multibenne” - no máximo 2 em simultâneo
ETAR de Fermedo - Leito de secagem	100 (Outros Resíduos)	n.a.	Inexistente

ANEXO II

Localização das instalações da Simdouro

Instalação	Latitude	Longitude	Morada
ETAR Gaia Litoral	41,11208124	-8,654752619	Rua Alto das Chaquedas s/n
ETAR Febros	41,11819151	-8,570992534	Rua 5 de Outubro, 2728
ETAR de Areinho	41,13529248	-8,586897634	Rua Areinho, 262
ETAR de Lever	41,06036256	-8,486367322	Rua Chelo de Baixo, 9609
ETAR de Crestuma	41,06804517	-8,503845584	Largo da Praia, 9147
ETAR de Paço de Sousa	41,17501593	-8,341079386	Rua Nova de Sades, Paço de Sousa
EEAR Mezio	41,22431268	-8,311232634	Rua Nossa Sr.ª dos Chãos (próximo do numero 410), Bitarães
EEAR Paredes	41,20359295	-8,322452324	Rua do Sédouro, Cepeda- Paredes (junto à nacional 15)
EEAR Parada Todeia	41,17007638	-8,36315986	Estrada Nacional 319 – Rua de Fontes (em frente ao número 556), Parada de Todeia
ETAR Ponte da Ribeira	40,91391922	-8,332353226	Sítio da Ribeira Sequeiros, 4540 Rossas – Arouca
ETAR de Alvarenga	40,96726112	-8,168490273	Lugar da Vila S/N 4540-000 Arouca
ETAR de Fermedo	40,96045919	-8,418108489	Lugar da Orvida, 4540 Fermedo – Arouca
ETAR Canelas	40,97327071	-8,197959871	Lugar de Baixo - Canelas
ETAR de Moldes	40,91803615	-8,217409506	Sítio Covela S/N 4540-000 Arouca
ETAR de Sardoura	41,07311218	-8,295519627	Lugar de Freixo, 4550-734 Santa Maria de Sardoura
EEAR Castelo	41,06146994	-8,258314209	Lugar de Souto, Fornos, 4550-364 Fornos - Castelo de Paiva
EEAR Pedorido	41,04799898	-8,380263601	Rua de Nogueira do rio 4550-540 Pedorido, Castelo paiva
ETAR de Fornos	41,06286087	-8,266226088	Quinta do Castelo de Baixo, Fornos, 4550-358 Castelo de Paiva
ETAR de Cinfães	41,08340352	-8,12647991	Lugar de Mourilhe, São Cristovão de Nogueira, Cinfães
ETAR de Porto Antigo	41,09130524	-8,077475219	Lugar de Porto Antigo, 4690-423 Oliveira do Douro
EE Louredo	41,0793851	-8,120238117	Louredo, 4690-545 Cinfães
ETAR Campelo	41,15906539	-8,026761552	Caminho da Feitoria, Campelo, 4640-184 Baião
ETAR Santa Marinha do Zêzere	41,13447428	-7,946436381	Lugar do Sarnado, 4460-472 Santa Marinha do Zêzere - Baião